

[Comissão de Direitos Humanos da OEA diz que taxa de feminicídio no Brasil é alarmante](#)

Segundo órgão, quatro mulheres foram mortas por dia no Brasil

[\(O Globo, 04/02/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Quatro mulheres foram mortas por dia no Brasil, segundo a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH) que considerou a taxa “alarmante” nesta segunda-feira.

A CIDH, braço de direitos humanos da Organização dos Estados Americanos, disse que é preciso fazer mais para prevenir e processar os feminicídios no Brasil. Femicídio é considerado como o assassinato de uma mulher por um homem por causa de seu gênero.

“A Comissão clama o Estado brasileiro a implementar estratégias abrangentes para impedir esses atos e que cumpram sua obrigação de investigar, processar e punir os responsáveis, bem como oferecer proteção e reparação integral a todas as vítimas”, disse a CIDH em Washington.

Para conter o feminicídio, o Brasil aprovou uma lei em 2015 que dá uma definição legal do crime com penas de prisão mais severas que chegam até 30 anos para infratores condenados.

O Brasil, junto com outros 15 países da América Latina, introduziu leis contra o feminicídio nos últimos anos.

A região tem as maiores taxas de feminicídio do mundo, de acordo com as Nações Unidas.

A comissária Margarete May, presidente da CIDH e relatora para os direitos das mulheres, disse que a lei brasileira sobre o feminicídio de 2015 foi um passo crucial para tornar mais visível o assassinato de mulheres.

— No entanto, agora é essencial fortalecer as medidas de prevenção e proteção. É inadmissível que mulheres com ordens de proteção sejam assassinadas, que não tenham abrigos suficientes ou que suas queixas não sejam devidamente consideradas — afirmou Margarete May.

Com uma população de mais de 200 milhões, o país tem apenas 74 abrigos para vítimas de violência doméstica, de acordo com a Human Rights Watch.

Dentre as vítimas de fatalidade, elas são frequentemente mortas em suas próprias casas nas mãos de companheiros atuais ou antigos que têm um histórico de abuso doméstico, segundo a CIDH.

“A Comissão observa com preocupação que, na maioria dos casos, as mulheres assassinadas já haviam denunciado seus agressores, enfrentado sérios atos de violência doméstica ou sofrido ataques anteriores ou tentativas de homicídio”, afirmou a CIDH.

“Brasil vive grave quadro de violações”, diz procuradora Deborah Duprat à Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Diálogo com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão integra a missão oficial da CIDH ao Brasil, que teve início hoje e segue até o próximo dia 12

(PFDC, 05/11/2018 - [acesse no site de origem](#))



*A procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, recebeu nesta segunda-feira (5) visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).
Foto: Leonardo Prado/Secom/PGR*

A procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, recebeu nesta segunda-feira (5) visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O encontro com a PFDC – órgão do Ministério Público Federal – integra a missão oficial da CIDH ao Brasil, que teve início hoje e segue até 12 de novembro, com o objetivo de coletar informações sobre violações de direitos humanos no atual contexto brasileiro.

Discriminação, desigualdade, pobreza e a situação das políticas públicas voltadas à proteção de direitos estiveram entre os temas tratados com a presidente da CIDH, Margarete May Macaulay, e os comissários Francisco José Eguiguren Praeli e Joel Hernández García, além do relator especial para a Liberdade de Expressão, Edison Lanza.

Na oportunidade, a procuradora federal dos Direitos do Cidadão destacou o grave quadro de retrocessos sociais no Brasil, que tem afetado todas as políticas públicas na área e, muito especialmente, aquelas voltadas a populações camponesas, pessoas em privação de liberdade, população LGBTI, negros, mulheres e outros grupos em situação de maior vulnerabilidade social.

“A Emenda Constitucional 95/2016 estabeleceu no país uma severa política de austeridade, com o congelamento de gastos sociais pelos próximos 20 anos. Os resultados dessa medida já estão sendo sentidos e, caso não haja uma decisão da Justiça impedindo sua continuidade, representará verdadeiro desmonte do pacto social estabelecido pela Constituição Federal brasileira”, pontuou Deborah Duprat.

A PFDC também relatou à Comissão propostas legislativas atualmente em debate no Congresso Nacional e que impactam gravemente a implementação de direitos - como o que busca criminalizar a atuação de movimentos sociais, em uma tentativa de enquadrar como práticas terroristas a luta pelo direito à terra e à moradia.

“Há ainda uma proposta intitulada ‘Escola Sem Partido’, que busca interditar o debate sobre gênero e direitos sexuais, contrariando inclusive o que se estabeleceu durante a Conferência do Cairo, em 1994, na qual se estabeleceu uma agenda de compromissos voltados à saúde sexual e reprodutiva, à promoção da igualdade de gênero e a eliminação da violência contra as mulheres”.

Deborah Duprat ressaltou ainda as ameaças ao direito à liberdade de expressão e manifestação e destacou que em 2016 apresentou à Procuradoria Geral da República uma representação para o fim do chamado crime de “desacato”, medida já implementada na maior parte dos países da região, inclusive em atendimento à Convenção Americana sobre os Direitos Humanos.

Durante o encontro, a procuradora federal dos Direitos do Cidadão detalhou o funcionamento da PFDC como ombudsman nacional e sua atuação na esfera extrajudicial e judicial, por meio da rede de procuradores dos Direitos do Cidadão em todo o país.

Saiba mais - Além da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, os representantes da CIDH estão reunidos com outras autoridades governamentais nos níveis federal, estadual e local, além de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e acadêmicos. A comissão vai coletar depoimentos de vítimas de violações de direitos humanos e seus familiares nos diferentes lugares que serão visitados. A CIDH também fará reuniões com agências do Sistema das Nações Unidas e membros do corpo diplomático. A Comissão Interamericana observará também a situação do acesso à Justiça e a eventual situação de impunidade em casos de graves violações aos direitos humanos. A delegação visitará Brasília e os estados da Bahia, do Maranhão, de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, do Pará, Rio de Janeiro, de Roraima e São Paulo. As observações preliminares serão apresentadas pela CIDH ao final da visita, em 12 de novembro.

[Flávia Piovesan assume Comissão Interamericana de Direitos Humanos em](#)

2018

Piovesan reafirma compromisso com mais vulneráveis na OEA. Ex-secretária Nacional da Cidadania vai exercer mandato de quatro anos na comissão da Organização dos Estados Americanos (OEA) representando o Brasil

(Planalto, 06/11/2017 - [acesse aqui](#))

Indicada para representar o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) pelos próximos quatro anos, a jurista Flávia Piovesan promete atuar de forma independente e técnica na proteção e garantia dos direitos às pessoas mais vulneráveis na América Latina.

Após conversar com o presidente da República, Michel Temer, Flávia afirmou ao **Planalto** que está estimulada a contribuir com avanços sociais a partir do cargo que passará a ocupar a partir de 2018.

Ex-secretária Nacional da Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, Flávia falou sobre o desafio de avançar na pauta social na América Latina e sobre a importância dessa atividade para resguardar os direitos de quem mais precisa.

“A comissão salvou e salva vidas. Contribuí extraordinariamente para desestabilizar regimes ditatoriais na nossa região, contribuí ainda para consolidar a passagem para regimes democráticos, consolidando o Estado de Direito e protegendo os mais vulneráveis”, afirmou.

Com sede em Washington, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos é um sistema cujo objetivo é promover a proteção dos direitos humanos nas Américas. Entre as atribuições do órgão internacional está a investigação de denúncias de violação de direitos humanos e o cumprimento desses direitos nos países que integram a OEA.

De acordo com Flávia, qualquer cidadão pode realizar denúncias ao órgão, caso as vias domésticas para esses pedidos tenham se esgotado.

Fonte: Planalto, com informações da [OEA](#)

Países de todos os continentes cobram ao Brasil medidas contra violências e discriminação de gênero e orientação sexual na Revisão Periódica Universal da

ONU

Dos 103 países que participaram do processo de sabatina ao Brasil, 26 fizeram recomendações substanciais relativas a discriminações e violências movidas por questões de orientação sexual e/ou de gênero.

[\(Campanha.org, 16/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

26 países recomendaram ao Brasil tomar medidas relativas a discriminações e violências movidas por questões de orientação sexual e/ou de gênero na Revisão Periódica Universal (RPU) da ONU, cujo rascunho do relatório foi disponibilizado na última terça, 9/5. No total, 45 países consideraram as recomendações e denúncias presentes no relatório da Campanha, que foi contemplado no relatório oficial da sociedade civil compilado pela ONU.

[Acesse aqui tabela com a sistematização das recomendações que dizem respeito a educação, contra as violências e discriminações de gênero, orientação sexual e étnico-raciais](#), com as recomendações propostas pela Campanha em seu relatório.



Argentina, Chile, Eslováquia, Finlândia, Honduras, Israel, México, e Suécia recomendaram ao Brasil tomar medidas e fortalecer políticas locais com relação à violência contra as populações LGBTI. Eslováquia fez menção ainda sobre responsabilizar os autores das violências e Honduras reiterou a necessidade de aplicar a legislação protetiva específica já vigente sobre a temática.

Austrália, Chile, Egito, Eslováquia, Honduras, Indonésia, Iraque, Itália, México, Ruanda, Sudão, Tailândia, Togo, Tunísia, Uganda fizeram recomendações contra discriminação e violência de gênero contra mulheres e meninas. Vale ressaltar que a Austrália precisou o caso da violência doméstica contra mulheres e a Indonésia mencionou também os casos de prostituição infantil.

Essas recomendações foram uma reação à denúncia à ONU, realizada pela Campanha, acerca dos dados inaceitáveis de desigualdade de gênero estrutural na sociedade brasileira, na educação, no mercado de trabalho, e de violência contra a mulher no Brasil – 5 mil mortes e

500 mil estupros, segundo dados da OMS e do IPEA. Sobre a questão ainda, a Áustria ressaltou a necessidade de proteção para mulheres vítimas de abuso e de implementação de legislação vigente sobre a questão. Bahamas e Venezuela citaram explicitamente as violências movidas por questões de gênero, as mortes e os dados de estupros denunciados pela Campanha e recomendaram medidas preventivas e também de investigação dos casos e proteção das vítimas.

O Paquistão reiterou a necessidade de implementação de políticas contra as desigualdades raciais, especialmente no caso de mulheres afro-brasileiras, e Madagascar reiterou a necessidade de maior inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade.

“Temos trabalhado com a compreensão de que raça e gênero estruturam a sociedade brasileira. Mulheres e negros ocupam posições desfavoráveis na sociedade e essas discriminações e preconceitos estão baseadas no sexo e na raça”, explicou Suelaine Carneiro, coordenadora do programa de educação de Geledes Instituto da Mulher Negra. “Mulheres negras trazem ainda essa combinação entre gênero e cor da pele, que faz com que elas sejam o grupo social que ocupa o pior lugar nos índices sociais”, reiterou.

Nos relatórios disponibilizados pelas Nações Unidas para os países – com os quais a Campanha contribuiu com submissão de documentos e em consultas públicas –, grande atenção foi dada às questões que tangem a igualdade de gênero na educação. A Campanha fez denúncia quanto ao descumprimento do Brasil às recomendações 119.33, 119.47, e 119.94 do Relatório do Conselho de Direitos Humanos em sua 21ª Sessão, sobre igualdade de gênero, por conta da retirada das questões sobre a temática, assim como de combate às discriminações por orientação sexual, dos planos estaduais e municipais de educação.

“Sob a pressão de líderes religiosos, parlamentares de 12 dos 27 estados brasileiros retiraram dos planos de educação estratégias que buscavam superar as desigualdades de gênero, orientação sexual e raça”, cita o relatório compilado da sociedade civil. O relatório compilado com informações submetidas pela própria ONU também cita a questão, fazendo referência ao relatório do Comitê sobre os Direitos da Criança de 2015 – momento em que a Campanha também pautou os comissionados.

Questionamentos da ONU ao “Escola Sem Partido” e a mudanças sobre gênero e orientação sexual na BNCC

Em comunicado publicado no dia 13/04, Koumbou Boly Barry, Relatora Especial para o Direito Humano à Educação; David Kaye, Relator Especial para Promoção e Proteção do Direito à Liberdade de Opinião e Expressão; e Ahmed Shaheed, Relator Especial para Liberdade de Religião e de Crença, enviaram uma carta questionando o Estado Brasileiro acerca dos efeitos gerados pelo programa “Escola Sem Partido” no Brasil, especialmente no que tange os Projetos de Lei 867/2015 e 193/2016, recomendando a tomada de atitudes necessárias para conduzir uma revisão dessas proposições, assegurando sua conformidade com a base dos direitos humanos internacionais – o que inclui a Constituição Federal de 1988 da República Federativa do Brasil.

O documento traz um histórico acerca do movimento “Escola Sem Partido” desde 2004, passando pela apresentação e tramitação dos projetos de lei, até a retirada pelo Ministério da Educação (MEC) dos termos “orientação sexual” e “identidade de gênero” da última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enviada em abril deste ano para o Conselho

Nacional de Educação (CNE). O documento explicita também o caso do secretário paulistano de educação Alexandre Schneider *versus* vereador Fernando Holiday.

A carta cita ainda o posicionamento contra o projeto da Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), após denúncia e sustentação oral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Além disso, relatam o amplo posicionamento contrário do Ministério Público Federal (MPF) e da Advocacia Geral da União (AGU), de especialistas, organizações sociais, estudantes e educadores, inclusive em pesquisa de opinião realizada pelo site do Senado Federal, que contou com a participação de mais de 390 mil pessoas, sendo a maioria contrária ao “Escola Sem Partido”.

Os relatores reiteraram que o Artigo 19 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, ratificado pelo Brasil em 1992, protege a todos o direito à opinião, sem interferências, e o direito a buscar, receber, e partilhar informações e ideias de todos tipos, independentemente de fronteiras ou meios. Ainda com base no Artigo 19, explicitaram seu caráter de “necessidade” e não somente como “útil, desejável ou razoável”, o que implica em acesso e proporcionalidade.

Diante dos projetos de lei, o documento afirma que a **“discussão sobre gênero e diversidade sexual é fundamental para prevenir estereótipos de gênero e atitudes homofóbicas entre estudantes”** e que **“por não definir o que é doutrinação política e ideológica, (...) a proposição permite que quaisquer práticas pedagógicas dos professores sejam consideradas como doutrinação, tornando a escola uma extensão do ambiente doméstico antes de uma instituição educacional que proveja novas perspectivas”**. Os relatores explicitam ainda que o projeto apresenta o risco de impedir “o desenvolvimento de um pensamento crítico nos estudantes e a habilidade de refletir, concordar ou discordar com o que está exposto em aulas”.

“Os diplomatas ficaram tocados com as informações que apresentei em meu discurso, listando fatos ocorridos nos últimos três anos, como a retirada da palavra gênero dos planos municipais, estaduais e nacional de educação, além das consequências de toda essa onda conversadora que vivemos no Brasil. Muitos também ficaram perplexos com a existência de projetos de lei como o programa ‘Escola sem Partido’, que impacta diretamente na liberdade de expressão de docentes e no acesso à educação de qualidade aos estudantes brasileiros. O que eu não imaginava é que, enquanto em embarcava de Genebra para o Brasil, logo após a atividade na ONU na última sexta-feira, comprovamos o que apresentamos, os retrocessos seriam concretizados via anúncio do MEC de retirar as questões de gênero e orientação sexual da Base Curricular e com o caso das escolas de São Paulo, inspecionadas por vereadores, levando a quase demissão do secretário municipal de educação Alexandre Schneider”, afirmou Fernanda Lapa, coordenadora executiva do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH) que fez um discurso impactante, para diplomatas e representantes de países de todos os continentes do mundo, veículos de imprensa e organismos internacionais.

Os relatores destacam também o parecer com conclusões do Comitê sobre os Direitos da Criança (CRC/ONU), de 2015, que, dando luz aos artigos 2, 3, 6 e 12 da Convenção dos Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil em 1990, recomendou ao Brasil “b) decretar legislação que proíba discriminação ou incitamento de violência com base em orientação sexual e identidade de gênero assim como continuar o projeto “Escola Sem Homofobia”; c) priorizar a eliminação de atitudes patriarcais e estereótipos de gênero, inclusive por meio de programas educacionais e de sensibilização”. Esse documento foi fruto de incidência da

Campanha Nacional pelo Direito à Educação junto aos comissionados em momentos prévios à sessão com o Brasil em outubro de 2015.

“O caso vivido pelo secretário Alexandre Schneider tem realmente deixado a comunidade internacional em alerta. Ele não aceitou ter os professores da rede intimidados com essas vistorias [do vereador Fernando Holiday (DEM-SP)]. A perplexidade não é só pelas ameaças que ele tem sofrido [por parte dos militantes do Movimento Brasil Livre (MBL)], mas justamente o como esse tipo de ação dentro das escolas viola a liberdade de expressão e o direito humano à educação”, afirmou Maria Rehder, coordenadora de projetos da Campanha, que esteve na Pré-Sessão da RPU com Fernanda, em Genebra.

“É uma grande conquista o posicionamento da comunidade internacional contra o cerceamento da liberdade de expressão dos professores no Brasil, que tem prejudicado a qualidade da educação e colocado em xeque a primazia dos Direitos Humanos e dos princípios constitucionais. Vamos continuar nesse enfrentamento, sem descansar”, afirmou Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Processo de denúncia internacional

Após participar de eventos públicos e debates no Brasil, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação foi à Genebra, em novembro de 2016, para levar denúncia aos relatores sobre o impacto do programa “Escola Sem Partido” ao direito à educação e ao direito à liberdade de opinião e expressão dos educadores. Em dezembro de 2016, o coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, fez sustentação oral contra o programa “Escola Sem Partido” perante o Estado Brasileiro no âmbito da reunião da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). No dia 7 de março, Daniel Cara foi expositor em audiência pública realizada no âmbito da Comissão Especial do Programa Escola Sem Partido na Câmara dos Deputados. A Comissão Especial é composta, majoritariamente, por defensores do PL.

As relatorias obtiveram informações sobre o programa “Escola Sem Partido” por meio de denúncias levadas à Genebra pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e pelo IDDH, na Pré-Sessão do Relatório Periódico Universal (RPU) ao Brasil, que aconteceu na primeira semana de abril deste ano. Ainda, a relatora especial para o direito à educação, Koumbou Boly Barry, esteve em evento promovido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e pela Ação Educativa no dia 04/04, recebendo informações sobre o contexto da educação brasileira através de movimentos e ativistas da área.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação participou enquanto organização da sociedade civil de todo o processo da Revisão, com a submissão de relatório - em conjunto com Ação Educativa, Anced (Associação Nacional dos Centros de Defesa de Direitos de Criança e Adolescente) e Clade (Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação) -, passando pelo processo da Pré-Sessão, em abril - em parceria com o IDDH (Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos) -, até o processo da Sessão, em maio.

[Corte internacional analisa denúncia de chacina e estupros no Brasil](#)

A primeira parte da audiência na Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA) foi realizada na tarde de hoje (12), em Quito, no Equador, sede da entidade, para analisar a execução de 26 pessoas e de tortura sexual de três adolescentes, supostamente praticadas por policiais civis, em incursões na Favela Nova Brasília, no Complexo do Alemão, zona norte do Rio de Janeiro, nos dias 18 de outubro de 1994 e 8 de maio de 1995.

[\(Agência Brasil, 12/10/2016 - Acesse no site de origem\)](#)

O relator para o Estado brasileiro na Corte, Francisco Eguiguren Praeli, afirmou que, entre os mortos estavam seis crianças e há indícios de uso excessivo de força letal por parte dos agentes do estado, além da continuidade da inadequação nas investigações, feitas de forma a culpar as vítimas pela própria morte e não de apurar a legitimidade e proporcionalidade do uso da força letal.

“Passaram-se mais de 20 anos dessas 26 execuções extrajudiciais e atos de tortura sexual dessas adolescentes, mas os casos continuam em uma situação de total impunidade. O caso inclui a estigmatização das vítimas como criminosos e a consequente sensação de impunidade dos envolvidos”, disse Praeli.

Depondo em nome dos parentes das vítimas, Mac Laine Farias Neves, irmã de Macmiller Farias Neves, que tinha 17 anos quando foi morto, disse que a corte é a última esperança de justiça para os mortos. Muito emocionada, ela disse que a versão que apareceu na mídia não foi confirmada pelos moradores do local.

O representante do Estado brasileiro Pedro Murilo Ortega Terra, ministro conselheiro da Embaixada do Brasil em Quito, informou que o país reconhece que os agentes públicos foram responsáveis pelas mortes “em ato que consideramos ilícito durante a incursão policial”. Também foi informado que houve tentativa do estado do Rio de Janeiro em 2013 se chegar a um acordo para pagamento de indenização aos familiares das vítimas, mas que não chegou a ser firmado.

Também foi ouvida hoje a consultora em direito penal internacional e direito internacional humanitário Patricia Viseur-Sellers, que discorreu sobre a proteção necessária a crianças e adolescentes em investigações criminais, bem como a vítimas de violência sexual e como se caracteriza um crime de tortura sexual.

Amanhã (13) ocorrem mais duas sessões de audiência sobre o caso, uma pela manhã e outra pela tarde.

Racismo no Brasil choca relatora da OEA sobre direitos das mulheres e afrodescendentes

Responsável pela fiscalização do cumprimento das leis e tratados internacionais que regulam os direitos de mulheres e negros nos países integrantes da Organização dos Estados Americanos (OEA), a jamaicana Margarete Macaulay chegou a questionar se o Brasil seria efetivamente uma democracia, diante do nível das violações cometidas contra nacionais, ou permitidas pelas instituições brasileiras por omissão, e que foram relatadas a ela em audiência pública.

(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 05/10/2016)

Foi encerrada no último dia 30 de setembro a missão oficial da comissária da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre os Direitos das Mulheres e das Pessoas Afrodescendentes, Margarete May Macaulay. A relatora atua com direitos humanos desde 1966 e já foi juíza da Corte Interamericana - tribunal internacional que compõe o sistema interamericano de justiça - antes de assumir as relatorias atuais. Mesmo assim, na audiência pública promovida pelo [Geledés - Instituto da Mulher Negra](#) em São Paulo, a relatora ficou com os olhos marejados ao menos três vezes durante as duas horas e meia de relatos, em que doze mulheres contaram suas múltiplas experiências de violência institucional e violações de direitos.

Eram em sua maioria vítimas do Estado cujas vidas foram marcadas pelo racismo institucional que lhes tirou os filhos, assassinados por policiais militares. Mas havia também mulheres que romperam o ciclo da violência doméstica, mulheres em situação de rua, vítimas de violência sexual, lésbicas e trans que enfrentam cotidianamente a intersecção das discriminações de raça, gênero e classe social.



Nilza Iraci fala na audiência, com a relatora Margarete Macaulay ao centro e a psicóloga Maria Lúcia Silva (Fotos: Luciana Araújo).

Geledés - Instituto da Mulher Negra, Criola e a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) realizaram a rodada de audiências públicas com a relatora da OEA para apresentar os dados do Dossiê [A Situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil: Violências e violações](#), lançado em agosto. A ação ocorreu em parceria com o Instituto de Raça, Igualdade e Direitos Humanos. “O mais importante era que ela pudesse visualizar as pessoas que estão por trás dos números apresentados no Dossiê. Essa violência que tem cor, classe, pessoas, dores, sonhos interrompidos”, ressalta Nilza Iraci, coordenadora do Geledés e da AMNB. A estratégia deu certo: a relatora Margarete Macaulay declarou que foi “muito importante olhar no olho, porque isso dá mais força aos dados e relatos que recebemos”. O Dossiê já havia sido apresentado na OEA em agosto.

Ódio cisheteronormativo



Roseli Barbosa dos Reis

Lésbica, negra e pobre, [Luana Barbosa dos Reis](#) foi espancada por PMs na frente do filho de 14 anos até sofrer politraumatismo craniano, fraturas nas pernas e braços e perder a visão. Luana morreu depois de cinco dias em coma. “Eles ainda forçaram a cabeça do meu sobrinho contra o vidro da viatura para obrigá-lo a ver a mãe apanhando lá dentro”, relatou Roseli, ao relatar as violências cometidas pelos policiais contra a irmã.

As residências de Luana - onde vivem sua mãe, irmã e o filho - e da namorada dela também foram invadidas sem mandado por policiais que afirmavam procurar indícios de envolvimento com o narcotráfico. A jovem foi deixada somente de cueca e top durante o tempo que permaneceu na delegacia, e ainda foi acusada de “agredir” e “desacatar” os policiais que a abordaram, por ter se recusado a ser revistada por homens. “Se ela tivesse sobrevivido, ia ter que responder. Eles obrigaram ela a assinar o termo circunstanciado, apesar de constar lá que ela nega”, protestou Roseli.

Mesmo diante deste quadro o juiz Luiz Augusto Freire Teotônio, da 1ª Vara do Júri de Ribeirão Preto, [negou o pedido de prisão temporária dos autores](#) sob a alegação de que não teria havido dolo. O caso foi remetido à Justiça Militar.

O assassinato de Luana consta do Dossiê entregue à relatora da OEA, onde há um capítulo sobre as violações e violências promovidas pelo ódio heteronormativo. “As imagens que revelamos no Dossiê são muito fortes, evidenciam que para os autores não basta o discurso do ódio, é preciso mutilar as vítimas”, explica Nilza Iraci.



Neon move uma ação contra o Estado brasileiro pelo direito ao nome social sem se submeter ao processo atual, que exige autodeclaração de transtorno mental das pessoas trans.

Em seu testemunho, a transexual Neon Cunha sintetizou o que a crueldade verificada nos crimes contra mulheres transexuais e travestis revela sobre a sociedade brasileira. “Somos um país que precisou, em 2015, aprovar uma lei de feminicídio. Este é um país misógino, que odeia a mulher, odeia a mulher negra e odeia, acima da mulher negra, a mulher trans. Meu maior crime hoje é que ousei ser mulher”, denunciou.

Neon lembrou que em 1987 a Prefeitura de São Paulo promoveu com a Polícia Civil a operação Tarântula para “limpar as ruas” de travestis e transexuais. A história da Operação Tarântula é contada no premiado documentário [“Temporada de Caça”](#), produzido em 1988 por Rita Moreira.

“Era o extermínio da população de mulheres trans, travestis e transexuais e de homossexuais masculinos”. Ela destacou que hoje, embora de forma não oficial, crimes cometidos por agentes do Estado contra a população LGBT continuam acontecendo, como evidenciam as agressões contra [Verônica Bolina](#) quando estava sob custódia prisional. Na audiência, Neon alertou que a omissão das instituições estimula a violência individual contra transexuais e travestis.

Apesar de o país não ter nenhum sistema oficial de monitoramento das mortes violentas relacionadas à lesbofobia, homofobia e transfobia, levantamentos feitos pela ONG Transgender Europe, a partir de material publicado por veículos noticiosos, colocam o Brasil como o país que mais mata a população trans. [Desde 2008 a 30 de abril deste ano 845 pessoas trans foram assassinadas](#) no país (42% dos casos em todo o mundo).

Invisíveis entre os invisíveis



Mara Sobral dos Santos (presidenta da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis da Granja Julieta).

Representando outro segmento social de mulheres negras a denunciar sua invisibilidade social, Mara Sobral dos Santos destacou a falta de preparo dos agentes do Estado para lidar com as violações que a população em situação de rua sofre.

“Faço parte de um coletivo de mulheres moradoras de rua. Nós não temos estatísticas, não temos B.O., não temos registro. Nós não existimos. Ninguém vai ouvir uma mulher moradora de rua dizer que foi estuprada dentro de uma obra por oito homens. Ninguém ouve uma moradora de rua até porque não nos consideram mulher. Sou uma mulher negra e lésbica e sofro violência todo dia. Acordo três horas da manhã e subo no meu caminhão para trabalhar, mas não posso usar um banheiro na rua porque está sempre ‘quebrado’. Não consigo comer em um restaurante porque estou sempre suja no meu trabalho. E não tenho direito de trocar um absorvente, tenho que subir dentro do caminhão para trocar porque não existe banheiro público para a população de rua”, denunciou.

As mulheres negras e o genocídio da juventude



Margaret Macaulay fala durante a audiência em São Paulo, tendo à sua frente lenço que mostra imagens de mortos nos Crimes de Maio.

Vítimas sobreviventes de chacinas promovidas por policiais fora de serviço ou em ações oficiais, seis mulheres relataram o horror de viver em áreas periféricas onde a condição racial é traduzida pelo Estado como sinônimo de suspeita e culpa. Uma delas foi Rosana de Souza, mãe do jovem Douglas Rodrigues, [assassinado em novembro de 2013 na Vila Medeiros](#) por um PM e que teve como últimas palavras a pergunta: “Por que o senhor atirou em mim?”.

Também estavam presentes mulheres que integram o [Movimento Mães de Maio](#) e outras cujos nomes não são mencionados para preservar a sua segurança e que relataram aos prantos seu sofrimento.

“Eles não mataram só os meninos, crianças, jovens, pobres favelados e periféricos. Mataram também as mães. Nós somos umas mortas vivas”, disse uma delas.

“Nós temos que pedir ajuda fora do Brasil, porque no Brasil não se faz justiça, principalmente para negros. Nós estamos sendo caçados. Principalmente no Estado de São Paulo. Não aguentamos mais. Temos que trazer pessoas de fora para ver nossa realidade. A marcha fúnebre que prossegue em nosso país é encoberta pela mídia, pelos nossos vereadores e deputados. O Brasil é um país genocida, mas não vamos nos calar enquanto a gente não tiver respeito”, frisou Débora Maria da Silva, coordenadora do movimento Mães de Maio, que exige a punição dos responsáveis pela morte de mais de 600 jovens, em sua maioria negros, por policiais militares entre os dias 12 e 19 de maio de 2006, em São Paulo. No ano passado, os

chamados crimes de maio foram denunciados à OEA.

A anulação do julgamento dos 74 PMs envolvidos no Massacre do Carandiru - quando 111 presos foram brutalmente assassinados durante uma invasão do presídio de mesmo nome pela tropa de choque após uma rebelião contra as condições subumanas a que eram submetidos os detentos, no dia 2 de outubro de 1992 - também foi lembrada durante a audiência como mais uma violação de direitos eivada de racismo às populações negra e pobre e às mulheres negras. Mães, companheiras, irmãs e demais familiares daqueles homens executados em sua maioria com mais de cinco tiros na nuca e cabeça até hoje esperam que os responsáveis sejam punidos. A filha de uma das vítimas entrou nesta segunda-feira (3) com uma ação contra o Estado de São Paulo em razão das declarações do desembargador Ivan Sartori, relator do caso, de que teria havido “legítima defesa”, conforme noticiou a [Agência Ponte Jornalismo](#).

Vivemos em uma democracia?

“O que está acontecendo neste país? Ainda é uma democracia? Para mim claramente não é, se a polícia age com tamanha crueldade impunemente, sabendo que tem a proteção do Estado! E qualquer governo que permite isso também não é um governo democrático!”

declarou Margarete Macaulay, ao interromper pela primeira vez a sessão para afirmar que é necessário acabar com esse tipo de impunidade.

Sobre o caso de feminicídio cometido por policiais militares contra Luana Barbosa dos Reis, a representante da OEA destacou que a reação da jovem à revista policial foi “completamente legal. Ela tinha o direito de fazer isso. E os juízes ainda dizem que não havia intenção de matar? Que juízes são esses?”, questionou irritada.

O racismo institucional e a Lei Maria da Penha

Em relação aos casos de violência doméstica apresentados, Margarete Macaulay frisou que são produto de uma lógica social que educa os homens a pensarem “que têm a posse física e sexual das mulheres”. O racismo institucional na implementação da Lei 11.340/2006 também foi percebido por Macaulay nos relatos ouvidos nas audiências realizadas em Salvador e no Rio de Janeiro na mesma semana, o que fez a relatora defender que a Corte Interamericana de Direitos Humanos deve questionar o Estado brasileiro acerca do cumprimento das legislações e tratados, bem como da “forma discriminatória” como a Lei Maria da Penha vem sendo aplicada para as mulheres negras.

Atualizado em 7/10/2016 às 15h32.

[Relatora dos direitos das mulheres na OEA](#)

alerta para invisibilidade da violência institucional

(Géssica Brandino/Agência Patrícia Galvão, 25/05/2015) “Fico impressionada com a invisibilidade da violência institucional”, declarou Tracy Robinson, relatora sobre os direitos das mulheres da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA, durante a palestra “Por uma cultura de respeito aos direitos humanos das mulheres”, no 1º Seminário Internacional Cultura da Violência contra as Mulheres, realizado nos dias 20 e 21 de maio, em São Paulo.

“Às vezes, nosso olhar se desvia das formas mais comuns de violência contra mulheres e meninas: quando elas entram em um posto de saúde, quando estão grávidas, quando são insultadas por seus professores ou quando sofrem tortura sexual pelos agentes de segurança. Olhamos apenas a violência que não é perpetrada pelo Estado, mas por parceiros íntimos”, alertou.

Prevenção

A integrante da CIDH falou sobre a necessidade de o Estado criar ações de prevenção à violência que considerem as situações em que vivem as mulheres, que podem estar mais vulneráveis, seja por questões econômicas, preconceitos raciais, homofobia, por serem imigrantes, refugiadas, deficientes, estarem grávidas, privadas de sua liberdade ou por serem ainda crianças. “Assim como a [Convenção de Belém do Pará](#) determina, cada mulher tem direito a uma vida livre de violência nas esferas pública e privada”, ressalta.

Leia também:

[O papel da mídia na superação da cultura de violência contra as mulheres \(Agência Patrícia Galvão, 22/05/2015\)](#)

[A importância de valorizar os diferentes marcadores para enfrentar a violência sexista \(Agência Patrícia Galvão, 21/05/2015\)](#)

[Especialistas apontam necessidade de ações de prevenção junto aos jovens para enfrentar violência contra as mulheres \(Agência Patrícia Galvão, 21/05/2015\)](#)

[Convenção de Belém do Pará: com avanços legislativos conquistados, campo da prevenção precisa ser melhor trabalhado \(Portal Compromisso e Atitude, 05/11/2014\)](#)

[Belém do Pará+20: Especialista brasileira aponta avanços e desafios \(Portal Compromisso e Atitude, 05/11/2014\)](#)

Para ela, a maioria dos exemplos de ações existentes nas Américas foca na resposta à violência e não em medidas preventivas, o que precisa ser mudado. “É verdade que é impossível acabar com a cultura de violência com simples estratégias para puni-la”, afirmou.

Como exemplo, Robinson citou o caso de Maria da Penha Maia Fernandes. “Claro que Maria da Penha é um símbolo de coragem e esperança, assim como o caso dela é emblemático para entender o impacto nas reformas legislativas, mas é também um lembrete de que adotar medidas legais não é suficiente para combater e erradicar a violência contra as mulheres”, afirmou, citando os altos índices de assassinatos de mulheres, mesmo após a criação da Lei Maria da Penha no Brasil em 2006.

Múltiplas frentes de ação

Para obter resultados, Tracy Robinson reforça a importância de iniciativas comunitárias, que abordem e desconstruam estereótipos de gênero, relações ideológicas discriminatórias e promovam o empoderamento das mulheres. Com base na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, mais conhecida como Convenção de Belém do Pará, Robinson listou quatro medidas necessárias para enfrentar a violência contra as mulheres de um modo mais amplo.

A primeira delas é justamente reconhecer e dar atenção para as formas institucionais de violência perpetradas pelo Estado. Segundo Robinson, quando a administração do Sistema de Justiça contribui para a impunidade, ela estimula a tolerância social e, assim, de certa forma permite a repetição da violência, o que leva ao medo e descrença nesse Sistema. Reverter esse cenário requer formação dos membros do Judiciário e da administração pública para que promovam ações eficazes que levem ao aumento de denúncias e condenações, influenciando na redução dos níveis de violência. “A formação dos agentes desse Sistema é fundamental para eliminar culturas de violência. É mais do que um procedimento para facilitar o acesso à Justiça”, aponta. A formação é uma via importante também para que esses agentes não reproduzam discriminações e violências nos próprios serviços de atendimento às mulheres.

[easyrotator]erc_3_1432843784[/easyrotator]

A segunda medida apontada pela especialista é promover o diagnóstico de todas as formas de violência. A presidente do CIDH lembra que o Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção de Belém do Pará, o Mesecvi, chama atenção para formas de violência contra as mulheres que historicamente não tem estado no foco dos países, geralmente, mais voltados ao fundamental enfrentamento à violência doméstica e sexual: a violência obstétrica, a econômica, a violência patrimonial e também a simbólica. Quanto ao diagnóstico, Robinson relata que a Comissão Interamericana notou que ainda são poucos os países que adotam formas de avaliar o impacto de programas nacionais contra a violência.

Como terceira ação a ser feita pelos Estados e pela sociedade civil organizada Tracy Robinson destaca a promoção do engajamento de todas as mulheres nas ações de enfrentamento à violência e à desigualdade de gênero. “As mulheres são usadas para dar testemunhos, mas não para construir políticas. Elas precisam participar de todas as ações para o desenho de medidas de enfrentamento e monitoramento da violência”, aponta a relatora.

Robinson enfatizou por fim a necessidade do tratamento igualitário entre homens e mulheres, por meio de ações que promovam o empoderamento das mulheres. “Sabemos que queremos salvar as mulheres, mas não sobre qual futuro queremos dar a elas. Não podemos eliminar a violência se não enxergarmos um horizonte além, onde possamos contemplar o que a igualdade significa para nós”, conclui.